

AULA 5

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO

Direito é lei e ordem, isto é, um conjunto de regras obrigatórias que garante a convivência social graças ao estabelecimento de limites à ação de cada um desses membros.

Assim, quem age de conformidade com as regras comporta-se direito, quem não o faz, age torto.

Toda norma ética expressa um juízo de valor, ao qual se liga uma sanção, isto é, uma forma de garantir-se a conduta que, em função daquele juízo, é declarada permitida, determinada ou proibida.

No direito tem-se as normas jurídicas que trazem consigo regras de condutas que regula a vida em sociedade tendo como consequência a pena de sanção, o caráter sancionatório diferencia uma norma jurídica de uma norma social.

As normas jurídicas são preceitos de observância obrigatórios em virtude da sanção.

O Ordenamento jurídico corresponde ao conjunto de normas jurídicas em vigência em determinado Estado.

A fonte do Direito, a origem está nas relações estabelecidas entre os indivíduos e o valor moral a essas relações, cabendo ao direito regulamentar essas relações por meio de normas jurídicas.

O Direito tem como fonte imediata as Leis e os Costumes e como fonte secundária a Jurisprudência e a Doutrina.

A LEI – é a norma criada pelo poder legislativo

Processo legislativo –

- 1) Iniciativa – depende da apresentação de um projeto de Lei por um ente a quem a constituição Estabeleceu.
- 2) Debates – o projeto, após análise pelas comissões, é encaminhado a debates nas Casas Legislativas (Câmara do Deputados e Senado

Federal) no âmbito dos Estados (Assembleia Legislativa) nos municípios (Câmara dos Vereadores).

- 3) Aprovação – pode ser arquivado ou ir para aprovação, com emendas, por meio de votação em plenário
- 4) Sanção ou veto – após passar pelas Casas Legislativas, é encaminhada ao Presidente da República para sanção ou veto.
- 5) Promulgação – a Lei está apta a publicação, surtindo efeitos a partir da data em que a própria lei assim determinar, se ausente, após 45 dias após a publicação (vacatio legis), período de adaptação

A Lei é um comando que obriga a todos, não cabe à escusa de não conhecer a lei para se livrar da sanção.

O costume algumas vezes é usado quando há lacuna na lei sobre algum fato.

JURISPRUDÊNCIA

É o conjunto de decisões reiteradas de um Tribunal, tratando de determinado tema. É da análise dos casos em concreto e de decisões no mesmo sentido que surgirá a jurisprudência.

SUMULAS

Representam o extremo da consolidação das decisões judiciais, a ponto de servirem de efetiva fonte de direito.

Diariamente os juízes proferem decisões, criando a “lei do caso”, as partes que perdem cada uma dessas ações ingressam com recurso, devolvendo exame da matéria ao Tribunal.

Este Tribunal à medida que vai julgando os casos vai criando as decisões colegiadas.

SUMULA VINCULANTE

O efeito da sumula será vinculante aos demais órgãos do Poder Judiciário e a Administração Pública nas esferas federal, estadual e municipal.

RAMOS DO DIREITO

Direito público x Direito privado

Direito Público – Compreende as relações públicas nas quais o Estado se encontra em exercício dos poderes e deveres estabelecidos na Constituição Federal, como:

Direito Constitucional – Estuda a Estrutura do Estado de Direito, a forma, a competência dos órgãos que o compõe, os direitos fundamentais dos cidadãos e as normas programáticas de condução do estado.

Preâmbulo Constituição Federal

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil.

Ler artigo 5º da C.F.

Regula os partidos políticos, a organização do Estado, o que compete a União, por exemplo, VII - emitir moeda; VIII - administrar as reservas cambiais do País e fiscalizar as operações de natureza financeira, especialmente as de crédito, câmbio e capitalização, bem como as de seguros e de previdência privada; IX - elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social; X - manter o serviço postal e o correio aéreo nacional; XI - explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de telecomunicações, nos termos da lei, que disporá sobre a organização

dos serviços, a criação de um órgão regulador e outros aspectos institucionais

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (“Caput” do artigo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

Exemplo - I - os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei;

Tem 22 incisos e 16 parágrafos

Art. 44. O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Parágrafo único. Cada legislatura terá a duração de quatro anos.

Art. 45. A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal.

§ 1º O número total de Deputados, bem como a representação por Estado e pelo Distrito Federal, será estabelecido por lei complementar, proporcionalmente à população, procedendo-se aos ajustes necessários, no ano anterior às eleições, para que nenhuma daquelas unidades da Federação tenha menos de oito ou mais de setenta Deputados.

§ 2º Cada Território elegerá quatro Deputados.

Art. 46. O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário.

§ 1º Cada Estado e o Distrito Federal elegerão três Senadores, com mandato de oito anos.

§ 2º A representação de cada Estado e do Distrito Federal será renovada de quatro em quatro anos, alternadamente, por um e dois terços. § 3º Cada Senador será eleito com dois suplentes.

Art. 47. Salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações de cada Casa e de suas comissões serão tomadas por maioria dos votos, presente a maioria absoluta de seus membros.

Direito Administrativo – conjunto de regras jurídicas que regem os órgãos, os agentes e as atividades públicas tendentes a realizar concreta, direta e imediatamente os fins desejados pelo Estado.

Direito Tributário – regula as relações jurídicas do Estado e os particulares no que concerne à instituição, fiscalização e extinção de tributos, taxas e contribuições ao Estado.

Direito Processual – regulamenta o exercício da função jurisdicional que é função soberana do Estado e consiste em administrar a justiça. Ex: Direito processual Penal, direito Processual do Trabalho e Direito Processual Cível.

Direito Penal – Regula a atividade repressiva do Estado por meio de um conjunto de normas que descrevem os delitos cominando-lhes sanções em virtude de infração.

Direito eleitoral: Conjunto de normas que disciplinam a escolha de membros do Executivo e do Legislativo, as normas estabelecem os critérios e condições para o eleitor votar, para alguém ser votado e demais aspectos envolvidos nas eleições.

Direito Militar – regulam as normas que afetam os militares

Direito Internacional Público – regula as relações entre os Estados soberanos ou entre esses e os organismos internacionais, podendo ser conceituado como um corpo de regras costumeiras e convencionais, consideradas obrigatórias pelos Estados ou organismos internacionais em suas relações recíprocas.

Falar um pouco sobre os direitos humanos

DIREITO PRIVADO

Nessas disciplinas, são estudadas as relações jurídicas nas quais os envolvidos estão em pé de igualdade no exercício de seus direitos e deveres. Pode o Estado estar envolvido nestas relações jurídicas desde que em condição semelhante de um particular.

1 – direito civil – regula o Estado e a capacidade civil das pessoas , desde o momento da concepção até a sucessão patrimonial em virtude da morte, bem como os atos praticados ao longo da vida civil

2 – Direito comercial ou empresarial – regula as relações comerciais ou empresariais, a existência jurídica das empresas enquanto atividade organizada para a produção ou circulação de bens e serviços a serem disponibilizados no mercado, de modo profissional, com o intuito de lucro bem como os deveres e obrigações dos empresários.

3 – Direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos –

- a) Direito do consumidor – regula as relações de consumo entre fornecedor de produtos e serviços e seus respectivos consumidores, considerados individualmente e também enquanto coletividade.
- b) Direito do Trabalho – regula as relações de trabalho, podendo ser definido como o Ramo do direito privado que regula as relações individuais e coletivas do trabalho e a condição social dos trabalhadores
- c) Direito previdenciário – Abrange as normas jurídicas que cuidam da Previdência social com vistas a assegurar as condições de vida dos trabalhadores diante das contingências, fatos imprevistos que possam influenciar.
- d) Direito ambiental – regula a preservação dos elementos da natureza. É composto de normas e princípios destinados a impedir a destruição ou degradação de elementos da natureza.

RELAÇÃO JURÍDICA – CONTRATOS

SUJEITO DE DIREITO – NASCITURO – ART. 2º C.C.

ECA - ouvir a criança

E PERSONALIDADE JURÍDICA – ACIMA 18 ANOS empresa após ao registro

CLASSIFICAÇÃO DAS NORMAS JURIDICAS

1 – Constituição Federal e emenda constitucional

2 – Leis Complementares

3 – Leis Ordinárias, Leis Delegadas e Medidas Provisórias

4 – Resoluções

5 – Decretos

Isso significa que existe uma hierarquia de umas normas sobre as outras

Constituição – Advém do Poder constituinte originário, como representação dos legítimos anseios do povo de uma determinada nação em decorrência de determinado momento histórico.

Emendas Constitucionais – Elas tem força para modificar a constituição, ampliar ou complementar .

Muito embora nossa Constituição seja considerada rígida, significa que os critérios para alteração são rigorosos (3/5 dos membros de cada casa legislativa em dois turnos)

Lei Complementar à Constituição – Existem assuntos tratados na constituição que somente podem ser tratados por meio de uma Lei complementar que é uma Lei mais rígida para ser elaborada. Aprovação maioria absoluta em votação nas duas casas.

Lei ordinária – São Leis comuns pode tratar de qualquer matéria que não esteja no rol da Lei Complementar, Emenda à constituição, aprovação por maioria simples. São lei ordinária todos os nossos códigos.

Lei Delegada – A elaboração é entregue ao Presidente da República mediante autorização expressa do congresso Nacional e que pode ser alterada por lei ordinária e sujeita a aprovação do congresso

Medidas Provisórias – São atos normativos com força de Lei, editados pelo Presidente da República em caso de relevância e urgência, que devem ser submetidas de imediato ao congresso Nacional.

Para “sobreviver” deve ser aprovada pelo Congresso Nacional no prazo de 60 dias a contar da data da publicação, prorrogável pelo mesmo período.

Decretos Legislativos – Ferramentas do congresso Nacional que produzem efeitos internos, não estando sujeitos à sanção governamental e são promulgadas pela casa legislativa que as expedir.